

MEMÓRIA GRÁFICA
EM TEMPOS LÍQUIDOS:
COMO PRESERVAR
O *LIVRO DIGITAL*

Thaís Cristina Martino Sehn¹ - UFRGS | crisehn@gmail.com
José Luís Farinatti Aymone² - UFRGS | aymone@ufrgs.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a memória humana na cibercultura a partir do que se compreende por “livro digital”. Com base no conceito de Zigmunt Bauman, o estudo enfoca a transição da Modernidade Sólida para a Líquida, possibilitando compreender os preceitos que configuraram a Modernidade Líquida, e nesta, o cenário social no qual se insere o sujeito leitor. Percebe-se em diversos contextos culturais o reflexo deste estatuto das informações computacionais, através de características como efemeridade, fragmentação e desterritorialização. Na cibercultura tais peculiaridades tornam-se muito claras. Através do hipertexto e da hibridização de linguagens o livro ganha novas configurações nas “prateleiras” virtuais.

Palavras-chave: modernidade líquida; livro digital; hipertexto; e-book; cibercultura.

The goal of this paper is to reflect on human memory in the cyberculture through the e-book. Based on the Zygmunt Bauman approach, the study focus on the transition between the Solid Modernity and the Liquid Modernity. After understanding the liquid society, it is possible to see how the reader accommodates in this scenario, reflecting those characteristics in the digital book. It is possible to observe in different cultural contexts the computational statute, like ephemerality, fragmentation, and deterritorialization. In the cyberculture de hypertext, de language hybridization and the memory came with new configurations at the virtual “shelves”.

Keywords: liquid modernity; e-book; hypertext; cyberculture.

ABSTRACT

1. INTRODUÇÃO À MODERNIDA- DE

O homem se caracteriza como um ser dinâmico, tendo em vista que possui a capacidade de adaptar o ambiente às suas necessidades e, conseqüentemente, adequar-se ao espaço de acordo com as prerrogativas que lhe são impostas. No sujeito da contemporaneidade percebem-se características como: fragmentação, individualização e superficialidade, as quais se repetem no âmbito das relações humanas, nas experiências vividas e no interesse por determinados assuntos. Ao analisar o percurso histórico, percebe-se que tais traços foram forjados na “modernidade”.

Charles Baudelaire, poeta e teórico, viveu nesse período e escreveu o livro *Sobre a Modernidade*, publicado pela primeira vez em 1869, onde disserta a respeito de seu sentimento perante o mundo o qual ele percebia em transformação. Através de seu olhar, o autor atualizou o belo, agregando a este o presente vivido, o que se pode confirmar através de suas palavras: “é muito mais cômodo declarar que tudo é absolutamente feio no vestuário de uma época do que se esforçar por extrair dele a beleza misteriosa que possa conter” (BAUDELAIRE, 1996, p. 25). Diante de um paradigma onde eram cultuados os grandes mestres do passado, ele afirmava que “cada época tem seu

porte, seu olhar e seu sorriso” (1996, p. 25), inclusive o presente. Sem deixar de admirar as peculiaridades dos tempos anteriores, Baudelaire introduziu um apreço especial ao “aqui e agora”, que, como será abordado no decorrer deste texto, se transforma, dentro do cenário contemporâneo, no culto ao efêmero.

Com intuito de compreender essa trajetória do estatuto do sujeito moderno, Ortiz (1998) reporta-se para a França, na metade do século XIX, quando surgiu uma nova Paris. Nesse contexto, a sociedade deixou de se organizar como se fosse formada de pequenas células autônomas independentes e passou a valorizar a circulação de pessoas, mercadorias e objetos (ORTIZ, 1998, p. 195), unindo, dessa forma, vários pontos da cidade. Deixava-se para trás o viver isolado dos “mundos”, onde em cada bairro ou rua havia tudo que era necessário para a subsistência humana (alfaiataria, padaria, açougue etc). Até aquela ocasião, não era muito comum se deslocar para outros pontos da cidade, tendo em vista que não havia a necessidade de buscar serviços em lugares mais distantes.

No entanto, nesse momento preconizou-se a “ligação entre diversos segmentos da cidade” (ORTIZ, 1998, p. 198) e, guiada por esses ideais, foi realizada a reforma urbana na capital francesa. Idealizada por George Eugene Haussmann, a instaurada urbanização de Paris ocorrida de 1853 a 1882, refletiu no espaço da cidade a condição da modernidade, ou seja, a eficiência deveria ser maximizada ao extremo (LEMOS, 2002, p. 54).

Percebeu-se o imperativo de racionalizar o espaço de acordo com sua função, por exemplo, determinados serviços iriam ser concentrados no mesmo local, bairros residenciais seriam separados de centros mercadológicos, levando, conseqüentemente, as pessoas a executarem alguns deslocamentos que então se fariam necessários. Esta proposta partiu da ideia de que o centro urbano passasse a ser visto como um organismo vivo e as ruas como seu fluxo sanguíneo (ORTIZ, 1998). Para tanto, o autor afirma que Paris foi cortada por largas avenidas, as quais ficavam imbuídas do dever de unir os pontos extremos da cidade. Ao longo dessas novas ruas foram determinados espaços de comércio e moradia, instituindo-se, também, um modelo padrão de construção, onde o térreo seria destinado a pontos comerciais e os andares superiores a residências, tendo em vista que – como não havia elevadores na época – ocorria uma equação inversa, ou seja, quanto mais alto o andar, menor a renda de seus moradores. Em função das fábricas, os trabalhadores se concentravam na região leste, e os ricos iam para o oeste; e assim, nesse sistema de racionalização do espaço cada local possuía uma especialidade, “[a] circulação é o único elo que os põe em comunicação. O espaço é uma função integrada no interior de um sistema” (ORTIZ, 1998, p. 209). Com as transformações das escalas e organização urbana, as trocas de percepção de tempo e do espaço ficavam cada vez mais fáceis de serem observadas.

Nessa reflexão, Lemos (2002, p. 65) se apoia em Habermas para afirmar que na modernidade se alimentava “a esperança (crença?) no controle,

domínio e domesticação racional, científica e técnica das forças naturais”, inclusive Canclini (2003), antropólogo Argentino, teórico das comunicações, reafirma a necessidade que surgiu no período de distribuir organizadamente os objetos e signos em lugares específicos e hierarquizados: as mercadorias de uso atual deveriam estar nas lojas, os objetos do passado em museus de história e aqueles que pretendiam valer por seu sentido estético, nos espaços de arte. A partir do estabelecimento dessas bases, as escolas e os meios de comunicação disseminavam a população como agiriam diante dessas inovações. A institucionalização dos espaços diferenciava objetos, pessoas, classes sociais... Além da localização da moradia no contexto físico, a educação também era utilizada para distinguir um semelhante de outrem: saber como se comportar e se vestir em lugares cultos, conhecer a organização dos bens culturais, entender de ópera ou obras de arte, eram privilégios das classes mais altas, que, por sua vez, se diferenciavam daquelas que sabiam as questões do folclore popular e da cultura de massa.

O que vai caracterizar a modernidade é, para Habermas, a independência e a autonomia específica própria às esferas da ciência, da moral, da religião e da arte. Estas esferas passam a ser institucionalizadas, traduzidas por discurso de segunda ordem que as individualizam e as decompõem. A racionalidade formulada no século XVIII deprecia as tradições impulsionando uma transformação racional e radical das condições sociais de existência. Como explica Habermas, o processo de racionalização “da cultura ocidental significa que os setores, de agora em diante

tratados por especialistas (a ciência, a moral, a arte), tornam-se autônomos e rompem suas ligações com correntes da tradição” (LEMOS, 2002, p. 53).

O homem vivia em um período onde o tempo e o espaço se transformavam e a percepção destes também. Com a criação do transporte ferroviário, o tempo intermediário do trajeto se reduziu bruscamente e aquele, que antes transitava “a uma velocidade que os integrava à paisagem”, nesse novo contexto perdia “essa percepção de continuidade, os espaços locais tornam-se elementos descontínuos, pontilhados ao longo da viagem” (ORTIZ, 1998, p. 222). Essa velocidade jamais experimentada anteriormente causava a sensação de que as distâncias se extinguíam e ditavam um novo tempo para o cidadão parisiense:

O “preço do tempo” altera o passo das pessoas, elas transitam mais rápido do que “antigamente”. O ritmo incessante das atividades atinge inclusive hábitos arraigados da sociabilidade cotidiana (ORTIZ, 1998, p. 224).

Ortiz (1998) ainda descreve que nesse novo cenário passava-se a viver mais depressa, a experimentar e cumprir o maior número de atividades no menor tempo possível, o hábito da conversação diminuiu; os alfaiates tornaram-se menos procurados – em detrimento da produção em série de roupas – e, entre outras coisas, o relógio se transformou em um acessório fundamental da vestimenta, como consequência das atividades serem pautadas pelo horário de

chegada e partida do trem.

Consequentemente, em meados do século XX, “as artes e a arquitetura são investidas por essa racionalização do mundo, estando em rompimento com o ecletismo do século XIX” (LEMOS, 2002, p. 67). A modernidade leva em consideração a premissa de que o passado deve ser rejeitado, forjando “uma concepção linear e progressiva da história” (LEMOS, 2002, p. 67), onde o avanço era uma consequência lógica para a própria existência da história. Tendo em vista essa confiança em futuro melhor apoiado na tecnologia e na racionalidade humana, é compreensível que esse paradigma tenha se transformado, ao ser percebido que essa postura conduziu a humanidade às grandes guerras. “Não há modernidade se não é mais possível falar de futuro” (LEMOS, 2002, p. 67), consequentemente, após a Segunda Guerra Mundial, surgiu uma nova Modernidade, que pauta a compreensão do sujeito não mais apenas no deslocamento, nos territórios e na solidez da permanência, mas a partir de outras características, tais como falta de necessidade de um local fixo, a liquidez e a efemeridade.

2. QUANDO O SÓLIDO VIROU LÍQUIDO

Para o autor Zigmunt Bauman, sociólogo polonês, a modernidade se divide em duas fases: a *sólida* e, posteriormente, a *líquida*; nomeando cada qual de acordo com as suas características específicas. Como se comentou anteriormente, no surgimento da modernidade buscava-se, através da racionalização das tarefas e do espaço, a previsibilidade e durabilidade dos contextos nos quais estavam inseridos, tornando o mundo mais fácil de ser administrado. Diante de tal constatação Bauman (2001) denomina esse período inicial como *Modernidade Sólida*. No entanto, a grande ironia é que as transformações de espaço e tempo realizadas para configurar o período sólido, foram as mesmas que alavancaram o desenvolvimento das características “líquidas” do período seguinte.

Os primeiros indícios da efemeridade, ainda nesse primeiro momento da modernidade, podem ser apontados no conceito de belo apresentado por Baudelaire (1996), uma vez que, anteriormente, a beleza era tida como algo único, absoluto e transcendental – dentro dos cânones greco-romanos – e este autor introduziu o contexto circunstancial a esta caracterização, afirmando que o belo é formado por um elemento eterno invariável e também por um elemento relativo, “que

será, se quisermos, sucessiva ou combinadamente, a época, a moda, a moral, a paixão” (BAUDELAIRE, 1996, p. 10). A partir da modernidade passa-se a apreciar o presente e não somente o passado, “[a] modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e imutável” (BAUDELAIRE, 1996, p. 25).

Além de um novo olhar para o presente, a facilidade de locomoção, através do aperfeiçoamento dos meios de transporte e também a evolução dos meios de comunicação, por meio dos artefatos eletrônicos surgidos no século XIX, como o telégrafo, o rádio, o telefone, o cinema e, ainda, o computador em rede no século XX (LE MOS, 2002), tornou mais fácil o agir à distância. Se anteriormente – na Modernidade Sólida – era privilegiada a circulação de pessoas e mercadorias, com esses avanços – na *Modernidade Líquida* – a necessidade de fixar-se a um território se tornou menos relevante dentro das tendências mundiais. Esses fatores somados à perda da crença no progresso – em decorrência das grandes guerras – e, por conseguinte, à valorização do instantâneo, moldaram a sociedade dentro das peculiaridades contidas nos fluidos, que serão abordadas no decorrer deste estudo. Ao caracterizar essa diferenciação de momentos o autor ilustra:

Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, [...] neutralizam o impacto e, portanto diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca

ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas ‘por um momento’ (BAUMAN, 2001, P. 8).

Esse fenômeno de liquefação – que conduz o sujeito da Modernidade Sólida para a líquida – é percebido, não só nas relações com o espaço físico, mas também em diversos contextos que envolvem o sujeito. No cenário político, substituiu-se a tradicional “família monarca” - sistema da sucessão do trono de maneira hereditária - por uma forma democrata de eleger seus representantes, que passaram a ser alterados a cada período. Nas relações humanas, abriu-se mão dos relacionamentos duradouros, contrariando aquilo que outrora era preconizado, quando então os indivíduos aprendiam que, uma vez casado, mesmo que infelizes, deveriam passar o resto de suas vidas juntos. Atualmente prega-se a felicidade, seja ela proporcionada pela convivência com a mesma pessoa, pela troca periódica de parceiros ou, ainda, pela opção de viver só. Na área comercial, são poucos os produtos que acompanham o indivíduo a vida inteira e que ainda podem ser passados para as sucessivas gerações, como era feito antigamente. Hoje, a grande parte dos produtos é feita com obsolescência programada, para que estes artigos possam ser substituídos em breve, por uma versão mais incrementada ou dentro dos novos parâmetros da moda.

O consumismo de hoje, porém não diz respeito à satisfação das necessidades [...] de identificação ou a auto-segurança[sic] quanto à ‘adequação’. Já foi dito que o *spiritus movens* da atividade consumista não é mais o conjunto mensurável de necessidades articuladas, mas o desejo – entidade muito mais volátil e

efêmera, evasiva e caprichosa, e essencialmente não-referencial que as ‘necessidades’, um motivo autogerado e autopropelido que não precisa de outra justificação ou ‘causa’. [...] [O] *desejo* tem a si mesmo como objeto constante, e por essa razão está fadado a permanecer insaciável qualquer que seja a altura atingida pela pilha dos outros objetos (físicos ou psíquicos) que marcam seu passado (BAUMAN, 2001, P. 88, grifo do autor).

Esse ímpeto, descrito por Bauman (2001), volátil e efêmero, evasivo e caprichoso, estende-se também ao consumo cultural, que adquire essas mesmas características no momento de sua produção e recepção. “Estabelece-se assim um duelo entre a vontade de tudo ver, de nada esquecer, e a faculdade da memória” (BAUDELAIRE, 1996, p. 30). No cenário contemporâneo – modernidade líquida - tal fenômeno é ainda mais visível através dos celulares com suas múltiplas funções, destacando-se, entre elas, o acesso à internet e redes sociais e, ainda, a câmera digital, posto que, através desses mecanismos, torna-se possível, de certa forma, estar em vários lugares e/ou conectado com diversas pessoas ao mesmo tempo. “Qualquer instante do cotidiano, por mais insignificante que possa parecer, tornou-se fotografável” (SANTAELLA, 2007, p. 394), e, a partir dessas imagens o “fato” pode ser lembrado, o que traz um conforto ao medo do esquecimento. No entanto, esse consolo é ilusório, pois que, são tantos os momentos registrados, que “o ato fotográfico perde a solenidade do gesto, banalizando-se: uma pequena ação entre outras, despida de diferenciação” (SANTAELLA, 2007, p. 397-8). Através dessas respostas imediatas, Paulo Virilio afirma que não é privilegiada “a reflexão, o debate ou mesmo o exercício da memória” (LEMONS, 2002, p. 77-8),

instaurando-se uma institucionalização do esquecimento.

Assim como a fotografia, outros produtos culturais – escrita, leitura, filmagem etc. – são paulatinamente remodelados, da mesma maneira que a relação com a cidade e seus espaços são modificados através da nova sensação de tempo versus distância geográfica, oferecidos pelas novas tecnologias de comunicação e locomoção. Na Modernidade Sólida são instaurados locais determinados e hierarquias para diversos artifícios sociais, desde consumo cultural até moradia, entretanto com a priorização da circulação de pessoas e mercadorias, os limites impostos no início desse período “derretem” ao adentrar na modernidade líquida.

3. ESPAÇOS COMPARTI- LHADOS

Como foi visto, a partir da reforma de Haussman foi desencadeada a desvalorização do território e, assim como o espaço urbano foi dividido em vários segmentos, o contexto em que os elementos estão inseridos deixaram de ser um fator essencial para tornar-se um quesito adicional aos interessados. Pode-se interpretar tal fenômeno a partir do que Canclini (2003) teorizou como descolecionar e desterritorializar.

Dentro da lógica da Modernidade Sólida, a qual dita que cada coisa tem o seu devido lugar, surge a formação de coleções especializadas em arte culta e folclore como “um dispositivo para organizar os bens simbólicos em grupos separados e hierarquizados” (CANLINI, 2003, p. 302), diferenciando, assim, o culto do popular do massivo, por exemplo, “[a]os cultos pertenciam certo tipo de quadros, de músicas e de livros, [...] mesmo que fosse mediante o acesso a museus, salas de concerto e bibliotecas” (CANLINI, 2003, p. 302). Para esse tipo de hierarquização, conhecer a organização e saber relacionar-se com o bem simbólico já era uma forma de possuí-lo, tendo em vista que esse tipo de conhecimento só era adquirido em determinados locais frequentados por deter-

minadas pessoas, mantendo-se a distinção social entre os indivíduos, através de suas famílias, origens, posses e culturas.

No entanto, através da evolução das tecnologias de comunicação e principalmente devido à proliferação dos computadores em rede, o que ocorreu na modernidade líquida, a cultura, o conhecimento e a informação não se encontram mais fechados em determinado grupo ou espaço; pois “[a]gora essas coleções renovam sua composição e sua hierarquia com as modas, entrecruzam-se o tempo todo, e, ainda por cima, cada usuário pode fazer sua própria coleção”, misturando referências de diversas áreas, tanto cultas, quanto populares ou massivas. Canclini (2003, p. 304) assinala como os dispositivos de reprodução – fotocopiadoras, videocassetes, vídeos, vídeo games, e, atualmente, a internet – corroboram para o fenômeno de descolecionar, “[n]eles se perdem as coleções, desestruturam-se as imagens e os contextos, as referências semânticas e históricas que amarravam seus sentidos”. Sendo assim, esses limites também enfraquecem, já que se torna impossível distinguir certos grupos por seu conhecimento em arte ou em cultura popular, já que estes estão cada vez mais sobrepostos, gerando artefatos novos, dos *ready-mades* de Duchamp aos híbridos da engenharia genética.

Por meio desses processos, não é necessário ir à França para visualizar a Mona Lisa – para citar um exemplo popular – uma vez que qualquer sujeito já podia conhecê-la ao olhar sua reprodução na fotocópia, no livro, na caneca, no chaveiro... e, se ficar hoje interes-

sado nessa obra, pode ter acesso a informações sobre a mesma, seu pintor, a maneira como foi elaborada, o que ela representa etc. Essas facilidades de acessos tecnológicos, no mundo líquido, não fornecem indícios de onde a pessoa provém ou estudou, tendo em vista que a informação está disponível a todos, mesmo que de forma fragmentada ou reinventada.

A partir do momento em que se vive um pouco em cada lugar e que a informação consegue chegar a, praticamente, qualquer parte do mundo, passa a ocorrer o que Canclini (2003, p. 309) chama de *desterritorialização* e *reterritorialização*. Desterritorialização define-se pela “perda da relação ‘natural’ da cultura com os territórios geográficos e sociais” e, conseqüentemente, reterritorialização por “certas relocalizações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas”. Para explicar melhor esse conceito, o autor demonstra o que acontece com algumas comunidades mexicanas que migram para os Estados Unidos e seguem conectadas aos seus grupos e costumes, sem ter a necessidade de estar em seu território. Afirma ainda que esses dois polos que se formaram constituem uma comunidade única, mesmo que situada em espaços distintos e longínquos entre si. Com base nesse fenômeno, propõe uma cartografia alternativa do espaço social, onde o “circuito” seria mais relevante do que a “fronteira”. Dessa forma o autor confirma com outras palavras a mesma desvalorização do território/contexto tratada por Bauman(2001):

A mudança em questão é a nova irrelevância do espaço, disfarçada de aniquilação do tempo. No universo de *software* da viagem à velocidade da luz, o espaço pode ser atravessado, literalmente, em ‘tempo nenhum’; cancela-se a diferença entre ‘longe’ e ‘aqui’. O espaço não impõe mais limites à ação e seus efeitos, e conta pouco, ou nem conta (BAUMAN, 2001, p. 136).

Nesses casos, o conceito de conexão ultrapassa a fisicalidade das coisas materiais que são impedidas, pela lei da natureza, de estarem em dois locais ao mesmo tempo, “[...] não há oposição, mas sim intensificação das ligações entre o espaço de fluxos e o espaço de lugar” (SANTAELLA, 2007, p. 185). As tecnologias permitem que as pessoas estejam disponíveis mesmo àqueles que estão ausentes, sem deixar de atender aos que dividem o mesmo espaço, trazendo um sentimento de ubiquidade para a nova sociedade.

Na Modernidade Sólida, “o tempo é linear (progresso e história) e o espaço é naturalizado e explorado enquanto lugar de coisas (direção, distância, forma, volume)”. Na modernidade líquida, “o sentimento é de compressão do espaço e do tempo, onde o tempo real (imediato) e as redes telemáticas, desterritorializam (desespacializam) a cultura” (LEMOS, 2002, p. 72) ao que se conclui que o tempo é uma forma de aniquilar o espaço, configurando a atmosfera comunicacional da cibercultura¹.

Esse novo olhar para os fluxos em detrimento dos espaços também é percebido no cenário editorial, onde o livro ganha novas possibilidades, pois habita agora, além das usuais e conhecidas prateleiras, as novas plataformas digitais. Com a utilização desses atuais meios para acessar a produtos culturais, comunicar-se com seus pares, criar novos artefatos etc., o homem incorpora novos hábitos e sofre alterações na sua cognição, desde a forma como interage com esses conteúdos até o momento de recordar-se posteriormente.

[T]he computer’s morphing abilities, its multimedial and multimodal qualities, and the networked imperative to connect personal to public databases. [...] The material inscription of signifiers in bits, the convergence of singular media in multimedia machines, and the embedding of personal collections in global networks confront users with profound changes in their cognitive functions and habitual cultural practices² (DIJCK, 2007, p. 162).

Vera Dodebei (2009) discute sobre as influências da cibercultura na memória; para a autora a instantaneidade do acesso à informação é oposta ao processo lento e reflexivo propiciado pela rememoração. E,

¹ Cibercultura é o termo cunhado por William Gibson em 1984, utilizado pela primeira vez em sua novela *Neuromancer*. Serviu de substrato para a compreensão do “mundo digital”.

² “O computador transforma as habilidades através das qualidades de diversas mídias e modos e de seu imperativo de rede: conectar dados pessoais a públicos. [...] Com a inscrição de significados em bits, a convergência de diversas mídias em uma só e a incorporação de coleções de arquivos pessoais na rede impõe a seus usuários uma profunda mudança em suas funções cognitivas e nas suas práticas culturais do cotidiano” (tradução nossa).

ainda, enxerga a necessidade de haver uma inscrição em algum material para que a informação se mantenha acessível. O livro como suporte de memória está, por assim dizer, apontando para a lógica da Modernidade Sólida e, seu análogo digital, compreendido no que configura a Modernidade Líquida.

4. DO LIVRO AO E-BOOK

O livro é oriundo de uma vontade de armazenar conhecimento, tarefa antes realizada pela oralidade. Com a invenção da escrita, o mundo passou a ser entendido de forma linear, surgindo, assim, a possibilidade de avaliá-lo como um acontecimento (FLUSSER, 2007, p.140), onde cada coisa se sucede à outra, pois os fatos são narrados de forma sucessiva e contínua e “o tempo transcorre irreversivelmente do passado para o futuro” (FLUSSER, 2007, p. 141). O leitor é induzido a decifrar os códigos na mesma sequência em que foram escritos; afinal: “O olho que decifra um texto segue suas linhas e estabelece a relação unívoca de uma corrente entre os elementos que compõe o texto” (FLUSSER, 2007, p. 141). No estatuto da Modernidade Sólida, o livro, condizente com o desejo moderno de colocar cada coisa em seu lugar, se faz presente como depositário do saber e da memória, sempre disponível a sanar dúvidas no seu local indicado da estante.

A cultura impressa já possui estabilidade, no mínimo, por sua estrutura de organização. De uma maneira geral, se confia no papel para assegurar a permanência das informações. Já a cultura eletrônica é assinalada pela obsolescência dos meios. Além dos quesitos técnicos dos suportes que dão acesso ao conteúdo

digital, Monteiro, Carelli e Pickler (2008) apresentam questões relativas à configuração da memória nesse tipo de arquivamento: “O arquivo digital tende a barrar a possibilidade de uma narrativa linear: sua lógica é descontínua; ela opera por saltos espaciais e temporais”. Para as autoras, a memória perde sua referência ao perder sua linearidade temporal (narrativa). Já que no ciberespaço o ambiente é virtual, aberto e tudo acontece em tempo real e com durabilidade incerta, a memória eletrônica é configurada de maneira semelhante à oral, com características líquidas e fluidas, acionando o uso das metáforas, e também com atributos permanentes através do texto - que não se altera como a lembrança da fala.

Outra questão relevante é que, como hipótese, o livro e seus conteúdos “guardam” traços do passado e suas significações intrínsecas podem ser percebidas através da comparação de uma edição com outra. Já o e-book pode ser totalmente atualizado não só por humanos, mas por sistemas computacionais também, dado o avanço cada vez mais vertiginoso das inteligências artificiais.

Sendo assim, compreende-se que o livro passe pelo fenômeno de “liquefação”, defendido por Bauman (2001) em *Modernidade líquida*. Considera-se, aqui, o estado sólido como mídia impressa, já que a mesma, via de regra, tem estabilidade e previsibilidade em sua estrutura, linearidade em sua narrativa e unicidade como objeto; esse estatuto se liquefaz ao migrar para o formato digital, pois seus limites estruturais não ficam claros: autor, editor e leitor confundem-se, a narrativa

hipertextual pode ser facilmente explorada, não existe mais cópia (todos são idênticos ao original) e ainda, não se tem como determinar onde habita o centro, início ou fim da leitura.

A ruptura está, neste sentido, na linguagem e nos processos, “Texto, imagem e som já não são o que costumavam ser. Deslizam uns para os outros, sobrepõe-se, complementam-se, confraternizam-se, unem-se, separam-se e entrecruzam-se” (SANTA-ELLA, 2007, p. 24). Atualmente, com a hipermídia, habita-se um período de transição entre a cultura da página impressa e a da eletrônica. Chartier (1998) anuncia que é a primeira vez na história do livro que seu conteúdo não é fixo no material, mesmo com a permanência das metáforas da “janela” como enquadramento: a tela. Em razão disso, a concepção de autor/leitor e os meios/processos de escrita e leitura não são mais os mesmos. O modo como era desenvolvido anteriormente, “onde o texto é organizado a partir de sua estrutura em cadernos, folhas e páginas” não se faz mais necessário no mundo virtual. Já que “suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis” e pelo uso do hipertexto, surge “a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica” (CHARTIER, 1998, p. 12-13), explorando, assim, as potencialidades da hipermídia.

Arlindo Machado (1993) ilustra que quando se começa a estudar determinado assunto, inicialmente se tem apenas ideias vagas e desconectadas, sem conseguir formar um discurso sequencial, então parte-se em

direção a uma série de leituras e conversas com outros pesquisadores, buscando, de diversas formas, ampliar referências e repertório de informações sobre essa nova área de interesse. Após um avanço no trabalho, passa-se a estabelecer relações entre os vários fragmentos desconectados. O leitor *imersivo*³ realiza a leitura de forma não linear, guiado pelo seu interesse, o que é facilitado pelo hipertexto, que já traz possíveis conexões entre os assuntos com características em comum ou determinações do sistema, permitindo, assim, que o texto adquira capacidades associativas, tal qual a memória. Com a inserção do hipertexto na lógica da cibercultura, esta é vista como um espaço interativo, no qual o conteúdo só se realiza com a ação do usuário e, desse modo, o leitor exerceria um papel mais autoral, transformando cada leitura em única. Diante dessas potencialidades o autor vê ecoar o livro de Mallarmé, encontrando suas características no mundo virtual, onde a obra adquiria uma forma móvel, dentro de um processo narrativo infinito sem começo ou fim, onde sempre surgiriam novas possibilidades e sugestões não experimentadas, onde a leitura seria possível em todas as direções e sentidos. Deste modo o livro existiria apenas em caráter potencial, cujo “sujeito enunciador apenas fornece o programa e o sujeito atualizador realiza parte de suas possibilidades” (MACHADO, 1997, p. 183), o que para Flusser

(2007, p. 65) seria uma liberdade programada, já que o leitor escolheria dentro dos limites do programa; no entanto, essas fronteiras podem não ser encontradas, pois como diz o autor: “São tão numerosas as teclas disponíveis que as pontas dos meus dedos jamais poderão tocá-las todas. Por isso tenho a impressão de ser totalmente livre nas decisões”.

Para Lemos (2002), o ciberespaço é um hipertexto mundial interativo, um texto vivo que é construído através do estado de “atenção-navegação-interação” e permite passar de um texto a outro de forma imediata, diferente do livro impresso, que às vezes leva leitor a buscar na prateleira outro volume para burlar a linearidade imposta pelo autor.

Na leitura clássica, por exemplo (textos impressos), o leitor se engaja em um processo também hipertextual, já que a leitura é feita de interconexões (à memória do leitor, às referências do texto, aos índices) que remetem o mesmo para fora de uma “linearidade” do texto. Assim, todo texto escrito é também, em sentido lato, um hipertexto, onde o motor da interatividade se situa na memória do leitor e a interatividade na relação ao objeto livro (LEMOS, 2002, p. 131).

O autor compara a leitura no ciberespaço com o andar do *flâuner* pela cidade, que se apropria do espaço simbolicamente ao transitar pela mesma. Ao realizar o “processo de ‘leitura-navegação’ não-linear e associativo, descentralizado e rizomático” (LEMOS, 2002, p. 132), o leitor igualmente se apropria daquele material de forma personalizada, pois que ele “escreve lendo”, fazendo ligações que lhe pareceram interes-

³ Com base no envolvimento no ato da leitura, Santaella (2005) categoriza três tipos de leitores: o contemplativo, o imersivo e o movente. O imersivo é caracterizado pela postura exploratória e não-linear oferecida na cibercultura.

santes naquele momento. Ao rememorar a experiência o fará com a mesma sensação de quando identifica um cheiro de sua infância que só a ele faz sentido.

Um dos grandes problemas do livro digital é a fragilidade do meio, com a dependência de softwares específicos para acessá-lo, posto que se os mesmos não estiverem instalados no dispositivo digital ou se o arquivo tiver um pequeno erro de programação, o livro fica perdido, já que não pode ser acessado. Dentre os formatos que são oferecidos no mercado, cada um apresenta potencialidades distintas entre eles: alguns viabilizam a interação, outros a impressão e outros a adaptação a diferentes suportes; no entanto, em nenhum deles é explorada de forma significativa a interação entre os leitores, ou com os autores, nem indicam caminhos para fora do livro. Bob Stein, fundador e diretor do Instituto para o Futuro do Livro⁴, afirma que dentro da produção vigente de livros digitais, o que está sendo explorado “are *simply* books with audio and video on the page”⁵ (STEIN in: POOLE, 2011, grifo nosso), ou seja, eles continuam como se fossem ilhas, isoladas dos outros leitores e potencialidades. Os recursos interativos são mais bem observados nos textos publicados em blogs e sites, que não recebem a “etiqueta” de e-books. No entanto, em comparação aos livros impressos, a interação ainda é

mais facilitada nos livros digitais, tendo em vista que o suporte para ler o livro e enviar um e-mail ao autor é o mesmo: o computador. Bob Stein (in: BEIGUELMAN, 2011), reitera que no livro digital deveria ser mais bem explorada a interatividade entre leitores e autores propiciada pela internet, como propõe em seu projeto SocialBook. Nesse projeto o livro é percebido como um ponto de encontro, onde os leitores e autores podem discutir e desenvolver o assunto. Dessa maneira, o conhecimento se torna mais rico a partir de perspectivas distintas oriundas de seus atores e contextos, contrapondo-se à postura positivista de “um autor” e “uma verdade”.

⁴ <http://www.futureofthebook.org>

⁵ “são *simplesmente* livros com vídeo e áudio em suas páginas” (Tradução nossa).

5. CONSIDERA- ÇÕES FINAIS

Na modernidade líquida, a informação não se fixa apenas a uma página de papel; ela se espalha pelos dispositivos disponíveis, que nem sempre apresentam um padrão previsível. Não está se afirmando que o livro “tradicional” deixe de existir, mas percebe-se uma “liquefação” a partir do mesmo no seu análogo digital. Afinal, como explica Santaella (2007, p. 323) o surgimento de uma nova mídia não implica o desaparecimento de outra, a mais recente se espreme entre elas e cria o seu próprio espaço.

[...] [A] linguagem digital realiza a proeza de transcodificar quaisquer códigos, linguagens e sinais, sejam ele textos imagens de todos os tipos, gráficos, sons, ruídos, processando-os computacionalmente e devolvendo-os aos nossos sentidos na sua forma original, o som como som, a escrita como escrita, a imagem como imagem (SANTAELLA, 2007, p. 293-4).

Ao estarem todas essas linguagens – textos, imagens de todos os tipos, gráficos, sons, ruídos, vídeos – em uma plataforma comum, é possível que elas sejam misturadas no ato mesmo de sua formação, possibilitando o livro ser intercalações entre texto, som, vídeo e imagem, condicionantes do que compreendemos por multimídia. Além disso, a internet, assim como as

possibilidades da hipermídia, possibilita a interação entre leitores, autores e conteúdos, trazendo características de construção coletiva da informação. Outro grande diferencial da tecnologia digital é o hipertexto, que, idealizado no século XVII no projeto da *Encyclopédie de Diderot* (MACHADO, 1997, p. 180), é potencializado no computador por não possuir a estrutura linear do livro que induz o leitor a seguir a ordem das páginas. O leitor virtual constrói uma experiência única de leitura através de saltos de um texto para outro, conduzido por essas conexões, como se estivesse em um labirinto, tomando decisões sem saber para onde será levado.

Essas novas características abordadas, agregam aos textos digitais que simulam o livro, até então denominados de e-books, peculiaridades já afirmadas na modernidade líquida: efemeridade, fragmentação e desterritorialização. Com relação à efemeridade é levado em conta que o arquivo digital é passível de ser deletado, alterado e atualizado facilmente; para fragmentação é abordado o aspecto de poder ser consumido aos poucos, com a facilidade de transitar-se entre várias opções/sugestões, o que leva a crer que nem sempre o conteúdo integral será acessado e, por último, a desterritorialização, uma vez que o e-book não possui um local certo a ser guardado, como o livro na estante; ele está em um e em vários lugares ao mesmo tempo, armazenado em algum lugar do espaço virtual acessível por um endereço de página, ou um clique.

Diante desse cenário é imprescindível refletir mais a

fundo, em estudos futuros, sobre como a memória será preservada nesse ambiente líquido, onde “os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la” (BAUMAN, 2001, p. 8). Desse modo, encerra-se com a questão: Se outrora o livro era o guardião principal das histórias vividas e inventadas, seu desenvolvimento no mundo digital – o *e-book* – será o limite?

REFERÊNCIAS LIVRO

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.

DIJCK, José van. **Mediated memories in the digital age**. Standfort University Press: California, United States of America, 2007.

DODEBEL, Vera. Novos meios de memória. Livros e leitura na época dos weblogs. in: **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e**

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação.** Organizado por Rafael Cardoso. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

LEMOS, André. **Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

MACHADO, Arlindo. Fim do livro? In_____. **Pré-cinemas e pós-cinemas.** Campinas: Papyrus, 1997.

MACHADO, Arlindo. **Máquina e Imaginário: O Desafio das poéticas tecnológicas.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade: a França no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens Líquidas na era da mobilidade.** São Paulo: Ed. Paulus, 2007.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BEIGUELMAN, Giselle. **Livros sociais para leitura em rede - Entrevista com Bob Stein.** 2011. Disponível em <http://www.select.art.br/article/reportagens_e_artigos/livros-sociais-para-leitura-em-rede?page=unic> Acesso em 9 jun 2012.

Ciência da Informação; Edição Especial. 2009:

Pesquisas em Ciência da Informação no Brasil e no Canadá. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/congres2009/es/coms/memoria-criativa-na-blogsfera-entre-as-esferas-publica-e-privada-da-internet/824/>> Acesso em 10 jun 2012.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentin. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. In: **Data-GramaZero - Revista de Ciência da Informação** – Vol. 09, nº 6: (dez de 2008). Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dezo8/Art_02.htm>. Acesso em: 20 set. 2011).

POOLE, Buzz. **The social context of reading: five questions for Bob Stein.** 2011. Disponível em <<http://imprint.printmag.com/innovation/the-social-context-of-reading-five-questions-for-bob-stein/>> Acesso em 9 jun 2012.

SANTAELLA, Lucia. Os espaços líquidos da cibermídia. In:**Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.** 2005. Disponível em: <www.compos.com.br/e-compos>. Acesso em: 26 mar. 2012